
FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT- Agosto de 2024 - Nº 868

COM PARALISAÇÃO, SINDICATO REFORÇA LUTA POR PROPOSTA DIGNA NA MESA DE NEGOCIAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL 2024



O Sindicato participou, na quinta-feira (15), de mais um Dia Nacional de Luta, para pressionar os bancos a apresentarem uma proposta digna para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) na próxima mesa de negociações. Após sete encontros com o Comando Nacional dos Bancários, as negociações continuam travadas por causa da postura adotada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) de não apresentar nenhuma proposta às reivindicações das cláusulas econômicas: aumento real dos salários, melhorias na PLR e demais remunerações, incluindo vales alimentação e refeição (VA/VR).

As manifestações acontecem em resposta à postura da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) na última rodada de negociações com o Comando Nacional dos Bancários. “Nossa expectativa é que tivessem apresentado uma proposta completa, diante de todas as informações que trouxemos nas mesas anteriores, defendidas com dados sobre a realidade do setor e a

capacidade dos bancos, que é o setor com maior geração de lucros no país”, disse após o encontro a coordenadora do Comando e presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

Em Presidente Prudente, a mobilização foi marcada pela paralisação da agência do Santander, no centro, que abriu as portas para atendimento ao público ao meio-dia. “A ganância dos banqueiros adocece e mata. Estamos na luta por emprego decente, segurança bancária e uma valorização justa dos trabalhadores. Por isso, estamos fazendo essa mobilização nos bancos”, ressaltou Edmilson Trevizan, presidente do sindicato. “O Santander é quem está emperrando a mesa de negociação, “uma vez que é o banco que mais precariza e comete fraudes contra os direitos trabalhistas”.

Após a entrega da minuta, foram realizados uma série de encontros entre os representantes dos trabalhadores e dos bancos. “Em cada rodada, defendemos, ponto a ponto, as reivindicações da minuta, com base em dados sobre a realidade do mercado e a capacidade dos bancos. Dos 8.809 setores no país que fizeram negociações salariais, neste ano, 86% tiveram aumento real. Vários deles convivem com concorrência e tem lucros e rentabilidade muito inferiores aos dos bancos, a exemplo de comércio, agropecuária, serviços médicos hospitalares e energia elétrica”, reforçou Juvandia Moreira.

BANCO DO BRASIL APRESENTA RESPOSTAS INSATISFATÓRIAS ÀS REIVINDICAÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS

Na quarta-feira (14), em São Paulo, o Banco do Brasil apresentou respostas a algumas das reivindicações da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) durante a sétima rodada de negociação específica da Campanha Nacional 2024, focada na renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). No entanto, as respostas geraram grandes frustrações por serem classificadas como insatisfatórias.

Entre os temas discutidos, um dos pontos centrais foi o assédio moral e a desconexão. O banco propôs a utilização de uma nova ferramenta, chamada Slack, que teria controle de jornada e salvamento de conversas, substituindo o uso do WhatsApp para questões de trabalho, que será proibido.

Outro ponto abordado foi o banco de horas negativas adquiridas durante a pandemia da covid. Atualmente, 5.233 funcionários ainda possuem horas devedoras. Desses, 4.707 têm até 360 horas negativas, algo que, segundo o banco, seria possível de zerar até o prazo estabelecido, em maio de 2025. No entanto, 566 funcionários enfrentam uma situação mais complicada, com uma média de 1.034 horas devedoras, sendo que 239 destes têm mais de 60 anos de idade. Como proposta, o Banco do Brasil sugeriu anistiar as horas de quem tem mais de 60 anos e pais com filhos com deficiência que possuem redução de jornada, além de iniciar um programa de incentivo ao pagamento das horas restantes. A comissão reforçou o pedido por anistia a todos funcionários. "Nós não queremos chegar em maio do ano que vem e debater este tema novamente. Está na hora de deixarmos a pandemia para trás", afirmou o secretário-geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga Jr.

Sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o banco negou a possibilidade de eliminar o teto existente, frustrando uma das expectativas dos funcionários. Em relação à revisão de cargos, o ban-

co ainda não deu nenhuma devolutiva, alegando que a questão ainda está em debate interno.

A comissão também cobrou um retorno sobre o programa Perfoma, plano de cargos e salários, e sobre as metas impostas aos funcionários. "A rede varejo continua nos cobrando muito, pois os funcionários continuam adoecendo com essa cobrança enlouquecedora por vendas. Era importante a gente sair daqui com um retorno," destacou a coordenadora da CEBB, Fernanda Lopes.

Outro ponto que ficou sem resposta foi a questão da saúde e previdência dos incorporados, assim como a reposição de funcionários após o desmonte que o Banco do Brasil sofreu nos últimos governos federais. A comissão também ressaltou a importância da ampliação da licença parentalidade. "A gente esperava sinalizações positivas para que avançássemos para a renovação do acordo," concluiu Fernanda.

Durante a reunião, o banco também anunciou que todos os funcionários da rede, agências e escritórios serão migrados para uma nova plataforma digital de concorrência a partir da quinta-feira (15), deixando o sistema antigo obsoleto. "Consideramos positiva a migração do TAO para o DIGITAO, pois garante maior transparência nos processos de concorrência e ascensão", afirmou Fernanda.

A próxima reunião foi marcada para o dia 22 de agosto, às 15h, em Brasília.



CAIXA TRAZ RETORNOS PONTUAIS, MAS NEGOCIAÇÃO PRECISA AVANÇAR

A direção da Caixa Econômica Federal apresentou, na quarta-feira 14, algumas devolutivas para as reivindicações dos bancários, expostas pela Comissão Executiva de Empregados (CEE/Caixa) em negociações anteriores para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos empregados da Caixa.

“Embora a Caixa tenha sinalizado convergências em relação às premissas de algumas das propostas que apresentamos, ainda precisa avançar na definição destes pontos e nos trazer respostas para os demais temas apresentados”, avaliou o diretor da Contraf-CUT e coordenador da CEE, Rafael de Castro.

Saúde do trabalhador

Já há muitos anos, o movimento sindical cobra que a Caixa revise seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e desenvolva, com recursos próprios, campanhas para zelar e promover a saúde e a qualidade de vida do conjunto de seus empregados.

A ideia é que a participação dos trabalhadores na construção destas campanhas e programas se dê por meio do GT de Saúde do Trabalhador, do GT de Condições de Trabalho e da reativação dos Fóruns Regionais de Condições de Trabalho.

A Caixa disse que, em atendimento ao que pede o movimento sindical, está revisando seu PCMSO, para que ele seja mais efetivo na prevenção. O banco disse que está reestruturando as equipes internas de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e que está aberto a discutir com o movimento sobre a reformulação do PCMSO e dos programas de promoção da saúde e prevenção de doenças e acidentes de trabalho.

As demandas com relação ao Saúde Caixa também foram lembradas, quando a Caixa citou que vai promover uma mudança em seu estatuto, pois poderia mudar também com relação ao tema, para retirar o teto de gastos com a saúde de seus empregados. A mudança é para definir que sua diretoria e vice-presidência sejam compostas por, pelo menos, 30% de mulheres.

Horas de estudo

A representação sindical das empregadas e empregados lembrou que a cláusula 59 do atual ACT

diz que “os empregados deverão dispor de 6 horas mensais para estudos na metodologia a distância - EAD, junto a Universidade Caixa dentro da jornada de trabalho, em local apropriado na unidade”, mas que é preciso melhorar.

Segundo a Comissão, para que haja efetividade desta cláusula, estas seis horas precisam ser respeitadas e o empregado precisa ter condições de ter este tempo para sua formação, sendo inclusive positiva a formação em curso presencial.

A Caixa aceita debater sobre o tema para promover mudanças na cláusula.

Cobrança de metas e respeito à jornada

A CEE mostrou preocupação com o uso abusivo do WhatsApp e do Teams nos celulares dos empregados.

A representação dos empregados alega que estes aplicativos têm sido utilizados para cobrança de metas, mesmo fora da jornada de trabalho.

Com relação às metas, a CEE também ressaltou que elas são estabelecidas e alteradas para maior durante o período de seu cumprimento. “Não podemos deixar que haja aumento de meta no decorrer do período de cumprimento. É preciso que haja perenidade e que, em caso de descumprimentos sazonais, não haja prejuízo ao desenvolvimento da carreira do trabalhador”, observou o coordenador da CEE.

“Além disso, não podemos ser obrigados a vender um serviço, um produto, a um cliente que não precisa dele. Apenas para que a meta seja cumprida. Isso tem adoecido nosso quadro de pessoal”, completou.

Teletrabalho

Em atendimento às reivindicações do movimento sindical, a Caixa está estudando mecanismos para garantir o respeito à desconexão e à jornada de trabalho e sugeriu que a proposta seja debatida e elaborada na próxima mesa de negociações, que será realizada no dia 21, ou 22 de agosto.

“Com relação ao teletrabalho, queremos discutir o público-alvo, as prioridades, os critérios, se é permanente, ou rotativo, a questão da estrutura para o trabalho, a ajuda de custo e que deixe de ser uma moeda de troca nas mãos de gestores que liberam, ou não, para o teletrabalho como forma de prêmio, ou um castigo”, disse Rafael de Castro.

FENABAN CHEGA NA MESA SEM PROPOSTA DE AUMENTO SALARIAL

A 7ª rodada de negociações para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, que aconteceu na terça-feira (13), começou com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) não trazendo nenhuma proposta às reivindicações das cláusulas econômicas: aumento real dos salários, melhorias na PLR e demais remunerações, incluindo vales alimentação e refeição (VA/VR).

“Nossa expectativa é que tivessem apresentado uma proposta completa, diante de todas as informações que trouxemos nas mesas anteriores, defendidas com dados sobre a realidade do setor e capacidade dos bancos, que é o setor com maior geração de lucros no país”, destacou a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira.

Devolutivas sobre outras reivindicações

A Fenaban trouxe algumas devolutivas de reivindicações da categoria, em sua maioria, relacionadas às cláusulas sociais:

Criação de cláusula de combate ao assédio moral, sexual e outras formas de violência no trabalho.

“Pela primeira vez os bancos concordam em incluir o termo assédio moral, uma reivindicação nossa. Os bancos sempre tiveram resistência em incluir a frase ‘assédio moral’ na convenção. Com isso, há um reconhecimento dessa forma de violência no trabalho e que precisa ser combatida”, observa Juvandia Moreira. “A ideia é reforçar e aprimorar o canal de denúncia e dar visibilidade ao tema por meio da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho)”, completou.

Os trabalhadores destacaram que a cláusula sobre assédio deve estar atrelada à garantia de anonimato para as vítimas e denunciantes. E, ainda, que os bancos devem garantir prazos acelerados de apuração para pessoas que estiverem sob risco iminente. Os bancos concordaram também com o acompanhamento na negociação setorial sobre o tema.

Saúde Mental e bem-estar dos bancários

A Fenaban apresentará uma proposta de cláusula sobre saúde mental e bem-estar na próxima

reunião. O Comando destacou que é fundamental reconhecer as metas abusivas como um dos principais fatores de adoecimento mental da categoria, pois sem a revisão dos programas de gestão por metas não haverá redução do adoecimento dos trabalhadores no setor. Mas os bancos continuam refusingo qualquer relação entre metas e adoecimento.

Os bancários respondem por 25% dos afastamentos acidentários por saúde mental no país.

Mulheres e Tecnologia

Sobre a necessidade de mais mulheres na TI dos bancos, questão levada pelo Comando na mesa sobre Igualdade de Oportunidades, a Fenaban apresentou proposta de capacitação de mulheres para a área de tecnologia, a partir da contratação de duas entidades especializadas em trazer mulheres para este mercado. Os trabalhadores e os bancos combinaram de marcar uma nova reunião para que essas empresas sejam apresentadas.

Igualdade salarial

Para atender às obrigações da lei federal de igualdade salarial entre homens e mulheres, reivindicadas também pela categoria bancária, a Fenaban disse que irá melhorar a divulgação do relatório de transparência salarial do setor. Os representantes também afirmaram que estão trabalhando em um plano de ação para atingir a igualdade.

A Fenaban também assumiu o compromisso de divulgar relatórios sobre isso na intranet dos bancos e se reunir com as COES para discutir banco a banco. Falou também sobre programa de requalificação para mulheres, que vai apresentar com mais detalhes na próxima mesa.

Violência contra a mulher

A Fenaban concordou em manter a cláusula de combate à violência contra a mulher na CCT e os programas de combate ao problema na sociedade, diante dos dados que apontam para a gravidade da questão.

Calendário de negociações

20 de agosto

21 de agosto

27 de agosto